



**Processo:** TC 009.522/2010-7 **Natureza:** evento externo - Congresso

**Unidade:** Secex/RN

**Participante:** AUFC Célio da Costa Barros – matr. 2.574-7

## RELATÓRIO-RESUMO DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE

### I - Apresentação

O IV Congresso Internacional de Contabilidade, realizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - AnpCont ocorreu nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2010 foi realizado no Centro de Eventos do Praiamar Hotel, em Natal, Rio Grande do Norte.

2. A palestra de abertura foi dada por Amaro Luiz Oliveira Gomes, primeiro representante do Brasil a integrar o **Board do International Accounting Standards Board (IASB)** que falou sobre as **International Financial Reporting Standards (IFRS)** e sobre a missão e ações do IASB.

3. A segunda palestra foi de Antonio Dávila do IESE, **Graduate School of Management, University of Navarra** – Espanha que abordou o tema “**Designin Management Accounting and Control for Innovation.**”

4. Além das palestras seções interativas com apresentação de trabalhos ainda foram realizadas diversos painéis e *workshps*.

5. O Congresso teve como palestrantes/temas abordados os descritos na tabela abaixo:

Data e Horário	Atividades Programadas
<b>Dia 06/06/2010</b>	
19h às 19h45	Solenidade de abertura do evento (com mensagens de autoridades convidadas)
19h45 às 21h	<b>Palestra 1: <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i></b> <b>Amaro Luiz Oliveira Gomes</b> , primeiro representante do Brasil a integrar o <b>Board do International Accounting Standards Board (IASB)</b> Mediador: <b>Jorge Katsumi Niyama</b>
<b>Dia 07/06/2010</b>	
8h às 9h30	<b>Sessão interativa:</b> três trabalhos por sessão (10 minutos de apresentação cada trabalho e 1h de discussão para os três trabalhos juntos)
9h30 às 10h30	<b>Palestra 2: <i>Designing Management Accounting and Control for Innovation</i></b> <b>Antonio Dávila</b> - IESE, <b>Graduate School of Management, University of Navarra</b> - Espanha Mediador: <b>Reinaldo Guerreiro</b>
11h às 12h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)



14h às 15h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)
15h30 às 16h30	<b>Painel 1: Interdisciplinaridade da contabilidade gerencial com teorias organizacionais</b> Debatedores: <b>Clóvis Luiz Machado-da-Silva e Reinaldo Guerreiro</b> Coordenador: <b>Ernani Ott</b>
17h às 18h	<b>Workshop 1 - Formação de redes de pesquisa</b> Coordenação: <b>Ilse Maria Beuren</b> Debatedores: <b>Líderes de redes de pesquisa e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis</b>
18h às 19h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)
19h30 às 20h	<b>1º Mostra de Iniciação Científica:</b> Visita aos Banners e entrega de certificado
19h30 às 20h	<b>Sessão de autógrafos:</b> Autores de livros publicados pela Editora Atlas
<b>Dia 08/06/2010</b>	
8h às 9h30	<b>Sessão interativa:</b> três trabalhos por sessão (10 minutos de apresentação cada trabalho e 1h de discussão para os três trabalhos juntos)
9h30 às 10h30	<b>Painel 2: Perfil das pesquisas e publicações contábeis no Brasil e no mundo</b> Debatedores: <b>Fábio Frezatti e José Alonso Borba</b> Coordenador: <b>Edgard Bruno Cornachione Junior</b>
11h às 12h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)
14h às 15h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)
15h30 às 16:30	<b>Painel 3: Convergência da contabilidade pública às normas internacionais</b> Debatedores: <b>Lino Martins da Silva e José Francisco Ribeiro Filho</b> Coordenadora: <b>Márcia Martins Mendes de Luca</b>
15h30 às 16:30	<b>Painel 4: Educação contábil no Brasil e no mundo</b> Debatedores: <b>Edgard Bruno Cornachione Junior e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha</b> Coordenador: <b>Valcemiro Nossa</b>
17h às 18h30	<b>Sessão convencional:</b> três trabalhos por sessão (15 minutos de apresentação cada trabalho e 45 minutos de discussão para os três trabalhos juntos)
18h30 às 19h30	<b>Workshop 2: Sistema de avaliação dos Programas pela CAPES</b>



	Debatedores: <b>João Luiz Becker e Tomás de Aquino Guimarães</b> Coordenadora: <b>Ilse Maria Beuren</b>
20h30 às 23h30	Premiação e jantar de gala

6. O IV Congresso AnpCont concentra discussões relativas a quatro áreas temáticas organizadas em seções interativas e convencionais, tendo apresentado 81 (oitenta e um) trabalhos assim divididos:

CGC – Controladoria e Contabilidade Gerencial – 23 (vinte e três)

Envolve campo de pesquisa e desenvolvimento de estudos sobre instrumentos de apoio ao processo de planejamento e controle das organizações. Desdobra-se principalmente em: Controladoria Governamental, Controladoria no Terceiro Setor, Controladoria Aplicada à Logística, Contabilidade e Análise de Custos, Gestão e Custeio Baseados em Atividades (ABC/ABM), Gestão Econômica (GECON), Planejamento e Controle Orçamentário, Controle Gerencial nas Organizações, Tecnologia e Sistemas de informação, Avaliação de Projetos de Investimentos, Teoria das Restrições e Auditoria em Sistemas de Informação.

CUE - Contabilidade para Usuários Externos - 24 (vinte e quatro)

Envolve o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas aos aspectos de identificação, mensuração e divulgação da informação contábil. Desdobra-se principalmente em: Teoria da Contabilidade, Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional e Comparada, Balanço Social (Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos e Prestação de Serviços à Comunidade), Capital Intelectual, Contabilidade Pública – Governamental e Terceiro Setor, **Agribusiness**, Análise das Demonstrações Contábeis, Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários e Contabilidade Tributária.

MFC – Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais – 18 (dezoito).

Abrangem estudos e pesquisas voltadas para os aspectos conceituais e/ou empíricos dos respectivos mercados, bem como a aplicação de recursos sob a ótica dos desempenhos empresariais passados e/ou os projetados. Desdobram-se principalmente nos seguintes focos: Auditoria, Finanças Corporativas, **Valuation**, Gestão de Riscos, Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade.

EPC – Educação e Pesquisas em Contabilidade – 16 (dezesseis)

Estudo de modelos, técnicas e instrumentos que visam ao aprimoramento e melhoria de todo o processo ensino-aprendizagem, e das construções de trabalhos científicos em todas as áreas do campo de conhecimento das Ciências Contábeis.

Anexamos ao Relatório-resumo livro contendo os Anais de resumos dos 81 (oitenta e um) trabalhos apresentados e CD contendo a íntegra dos trabalhos.

7. Simone Salles Portela e Juliana **Goldner Nunhes**, foram às vencedoras dos prêmios de melhor trabalho do evento e da área. Apresentamos o resumo do artigo e dados das autoras:

### **UNDERPRICING E ABERTURA DE CAPITAL: UMA ANÁLISE UTILIZANDO O MODELO OJ**

**Simone Salles Portela**, Mestre em Contabilidade pela **Fucape Business School**, E-mail: [simone.portela@gmail.com](mailto:simone.portela@gmail.com),



Juliana Goldner, Mestre em Contabilidade pela **Fucape Business School**, E-mail: [julyanagn@hotmail.com](mailto:julyanagn@hotmail.com), **Fucape Business School**, Av. Fernando Ferrari, nº 1358, Boa Vista, Vitória, ES, Brasil – CEP 29.075-010, Telefone: 027 4009-4444

## RESUMO

Este estudo objetivou verificar se o valor de ação das empresas estimado pelo modelo OJ parametrizado por **Ohlson e Juettner** (2005) possui diferença estatística em relação ao preço da ação estipulado na oferta pública inicial e do valor de mercado das ações. O propósito foi verificar a existência de subavaliação (*underpricing*) na abertura de capital e/ou superavaliação do mercado em relação aos preços dos IPOs. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura sobre a oferta pública inicial de ações ou *Initial Public Offering* (IPO), *underpricing* e da evolução dos modelos de avaliação ações. Foram realizados testes não-paramétricos de *Mann-Whitney* para comparar as médias dos preços das ações de 40 empresas estimadas com base no modelo OJ com a do preço de ação da IPO e com o preço de mercado da ação. Os dados foram coletados nos bancos de dados Economatica e Thomson, e são referentes a empresas brasileiras que abriram capital entre 2004 e 2007. Do ponto de vista do usuário externo, as conclusões desse trabalho contribuem oferecendo subsídios sobre o viés otimista dos analistas para a projeção de lucros; sobre a utilização do Modelo OJ de avaliação para precificação de IPOs. Conclui-se que devem ser levadas em consideração as limitações da pesquisa referente ao tamanho do período de estudo (4 anos) que limitou a amostra em 40 empresas, pois nem todas tinham dados disponíveis e algumas estavam com a taxa de crescimento de curto prazo negativa. Os resultados sugerem a existência de *underpricing* no mercado brasileiro e a convergência do valor da ação para o valor encontrado no modelo OJ.

**Palavras-chave:** *Underpricing*. Abertura de Capital. Modelo OJ.

8. Na área de Contabilidade Pública o Evento contou com a participação do Prof. Lino Martins da Silva, que apresentou no painel n. 3 o tema “*Convergência da contabilidade pública às normas internacionais*”, onde teve a oportunidade de chamar a atenção dos participantes de sua apresentação para o paradoxo entre a legalidade e a eficácia e eficiência.

**Lino Martins da Silva**, Professor Associado do Programa de Mestrado em Contabilidade da UERJ ([smartins@uninet.com.br](mailto:smartins@uninet.com.br)).

## RESUMO

A convergência no Setor Público se deve as seguintes NBCT (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica):

- NBC T 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação.
- NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis
- NBC T 16.3 – Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil
- NBC T 16.4 – Transações no Setor Público
- NBC T 16.5 – Registro Contábil
- NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis
- NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis
- NBC T 16.8 – Controle Interno
- NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão.
- NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público



- (NBCT 16.11 – custo, ainda não editado).

Está Programado para 2010 o Término da tradução das IPSAS – **Institut for Internacional Public Sector Accounting Standards**, a validação pela STN e envio ao CFC, a divulgação e discussão com a Classe Contábil, a publicação e treinamento previsto para 2011, pois será exigida das esferas sua aplicabilidade: União – 2011, Estados – 2012 e Municípios – 2013.

Na visão do Prof. Lino as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ressentem de:

- Bens de uso comum do povo não contabilizados.
- Investimentos não avaliados pela equivalência patrimonial.
- Restos a pagar não processados
- Ausência de provisões para:
  - Precatórios (Art. 93 Lei 4.320/64)
  - Inativos e pensionistas

Com a convergência ocorrerá à ênfase no patrimônio (ciclos de longo prazo), adoção do princípio da competência para receitas e despesas (Variações Patrimoniais), no Ativo: ocorrerá um conjunto de bens geradores de benefícios futuros (inclusive potenciais), valores a receber (a arrecadar), Depreciação, Amortização ou Exaustão (conforme o caso), Reavaliação e Perda do valor recuperável. No Passivo: Obrigações reais ou potenciais (riscos, provisões, etc.) e Patrimônio líquido (equivalência patrimonial).

Portaria MF 184 - Dispõem sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

- Identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade publicadas pelo IFAC e às normas Brasileiras editadas pelo CFC;
- Editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Planos de Contas Nacionais, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do CFC;
- Adotar os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência estabelecidos no âmbito do Comitê Gestor da Convergência no Brasil.

#### DESAFIOS PARA PESQUISADORES DA CIÊNCIA CONTÁBIL

- Aplicação integral dos Princípios Fundamentais de Contabilidade principalmente o da competência (Resolução CFC 1.111/07 e Estudo 14 do IFAC sobre a transição para o principio da competência).;
- Instrumentalização do Controle Social no Setor Público (Resolução 1.128 a 1.137 de 2008);
- Segregar o registro do sistema orçamentário (artigo 35 da Lei 4.320) do sistema contábil (Art. 82 e seguintes da Lei 4.320/64).
- Aprofundar os conceitos de TRANSPARÊNCIA (relacionados ao orçamento) e de EVIDENCIAÇÃO (relacionados ao Patrimônio).

#### CONCLUSÃO

Algumas conclusões que se aplicam perfeitamente no setor público. Sua divulgação tem o propósito de trazer o assunto para a reflexão daqueles que desejam verdadeiramente a melhora efetiva dos serviços do Estado.



- (i) Muitas vezes no setor público prevalece o contexto estrutural que atrapalha o contexto estratégico.
- (ii) Em muitas entidades e empresas o sistema de controle serve para matar novas ideias.
- (iii) Muitas vezes na administração pública prevalece o aspecto do poder pelo poder e, em consequência, quando não interessa ou quando não pode, NADA É FEITO e a alegação de sempre é que “no setor público só podemos fazer o que a lei permita expressamente”.

## II – RESUMO DOS PRINCIPAIS TRABALHOS APRESENTADOS

### 9. PLANO DE CONTAS E CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS:

#### **ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS PROPOSTAS DOS GOVERNOS BRASILEIRO E ESPANHOL**

##### **Autores:**

**Poliana Alves de Araújo Moura**, Graduação em Ciências Contábeis – UnB, E-mail: poliaraujoster@gmail.com

**Diana Vaz de Lima**, Doutoranda em Contabilidade pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, Professora Assistente do Departamento de Contabilidade e Atuária – CCA UnB, E-mail: diana\_lima@unb.br

**Lucas Oliveira Gomes Ferreira**, Graduação em Ciências Contábeis – UnB, Endereço: QNL 6 Conjunto H Casa 17 – Taguatinga Norte – CEP: 72.155-608, Telefone: (61) 3562-4090; Celular: (61) 9984-9843, E-mail: lucas.ferreira@tjdft.jus.br

##### **RESUMO**

Na Administração Pública, a relação de contas tem papel importante para o adequado registro dos atos e fatos e a geração de informações, sendo desejável que essa linguagem seja uniforme, em virtude dos diversos estudos comparativos a que se sujeitam as contas públicas. Considerando as ações do Governo brasileiro para a instituição de um plano de contas nacionalmente padronizado, este trabalho tem por objetivo verificar se a proposta de plano de contas atualmente em discussão, a ser adotada no Brasil a partir de 2012, está alinhada aos padrões internacionais de contabilidade. Trata-se de ensaio baseado em pesquisa bibliográfica e documental que identificou como os Governos do Brasil e da Espanha vêm conduzindo o processo de convergência no setor público com relação à estrutura de suas contas, tendo como referencial as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A justificativa para o estudo está na percepção de que a adoção de um plano de contas nacionalmente padronizado proporcionará informações contábeis que possam ser compreendidas por todos os usuários, permitindo a geração de base de dados consistentes para compilação de estatísticas e finanças públicas. A inovação consiste em comparar a proposta de plano de contas discutida no Governo brasileiro com a proposta do Governo espanhol, que também se encontra em processo de convergência. Conclui que as IPSAS não estabeleceram uma estrutura de contas rígida a ser observada pelos países, mas apenas as contas que devem ser evidenciadas nos Balanços Públicos, e que o Governo brasileiro e o Governo espanhol apresentam estruturas de contas diferentes entre si, uma vez que procuraram atender suas próprias necessidades de informação.

**Palavras-chave:** Plano de contas. Governo Brasileiro. Governo Espanhol. Convergência.

### 10. IMPLEMENTAÇÃO DO REGIME DE COMPETÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: IMPACTOS NA ESTRUTURA PATRIMONIAL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS DA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC



**Autores:**

**Ari Söthe**, Mestrando em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Rua Santos Dumont, 477 – Centro, 89899-000, Iporã do Oeste – Santa Catarina – Brasil, Fone (49) 9127 9540, ari\_sothe@yahoo.com.br

**Jorge Eduardo Scarpin**, Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Rua Antônio da Veiga, 140 – Bairro **Victor Konder**, 89012-900, Blumenau – Santa Catarina, – Brasil – Fone (47) 3321 0565, jorgescarpin@furb.br

**RESUMO**

As mudanças no cenário contábil internacional e busca da harmonização das práticas locais com os padrões internacionais no setor privado, desencadeou o início desse processo no setor público. Este estudo objetiva analisar os impactos no reconhecimento e mensuração decorrentes da alteração do regime misto para o regime de competência proposto pelo Estudo nº 14 do IFAC, na estrutura patrimonial dos governos municipais da microrregião de São Miguel do Oeste – SC. Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio da coleta de dados documentais e aplicação empírica na estrutura patrimonial dos governos municipais integrantes da microrregião de São Miguel do Oeste – SC. Para isto foram coletados os dados, dos governos municipais investigados relativos aos exercícios de 2004 a 2008. Identificou-se no estudo uma variação significativa nos grupos que formam a estrutura patrimonial com destaque a diminuição média geral no saldo patrimonial de 27,63%. Foram estabelecidas quatro hipóteses para o estudo e com a aplicação do teste *t* de média, identificou-se um nível de significância nula para a maioria dos conjuntos de variáveis, aceitando-se todas as hipóteses do estudo. Assim, pelas variações estatisticamente relevantes, foi possível concluir que a mudança do regime contábil pode causar impacto na estrutura patrimonial dos governos municipais da microrregião de São Miguel do Oeste – SC.

**Palavras-chave:** Impactos. Regime de competência. Governos municipais.

11. **REGIME DE COMPETÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE DIVERSOS PAÍSES**

**Autor**

**Fabício Gustavo Herbest**, Mestrando em Contabilidade pela **Fucape Business School**, E-mail: [fabricao@futura-es.com.br](mailto:fabricao@futura-es.com.br), **Fucape Business School** - Av. Fernando Ferrari, nº 1358, Boa Vista, Vitória, ES, Brasil, CEP 29.075-010 - Fone: 027 4009-4444

**RESUMO**

A contabilidade pública ou governamental está passando por um período de mudanças e despertando o interesse dos estudiosos. Uma dessas mudanças esta relacionada à implementação do regime de competência na contabilidade pública. Este estudo objetiva estudar as dificuldades encontradas pelo setor público internacional ao implantar e ao executar esse regime por meio de uma análise das pesquisas publicadas internacionalmente que trataram da implementação de regime de competência além de uma pesquisa de campo exploratória com gestores públicos municipais do Espírito Santo. Apesar do apoio de vários órgãos reguladores da contabilidade pública os resultados apontam que existem dificuldades práticas e teóricas em todas as fases de implementação do novo sistema. A falta de vontade política é apontada como a dificuldade que proporciona a maioria das outras dificuldades. Os resultados dessa recente adoção do regime de competência pelo setor público ainda não pode ser observado, uma vez que seus efeitos só podem ser analisados no longo prazo. Adicionalmente, foi realizada entrevista com prefeitos e secretários municipais capixabas.



Nessas entrevistas foram observados que os gestores públicos utilizam o balanço orçamentário para a tomada de decisão e que eles têm preferência por informações contábeis geradas pelo regime de caixa.

**Palavras-chave:** Regime de Competência. Setor Público. Contabilidade Pública.

## 12. INEFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO E ILUSÃO FISCAL: UMA AVALIAÇÃO DO *FLYPAPER EFFECT* NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

### Autores

**Patrícia Siqueira Varela**, Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro **Victor Konder** - Blumenau/SC, Caixa Postal 1507 – CEP: 89012-900. Fone: (47) 3321-0938 - E-mail: psvarela@usp.br

**Gilberto de Andrade Martins**, Doutor em Administração de Empresas pela FEA/USP, Professor Titular do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, FEA 3, Sala 221, Cidade Universitária – São Paulo/SP, CEP 05508-900. Fone: (11) 3091-5820 - E-mail: martins@usp.br

**Luiz Paulo Lopes Fávero**, Doutor em Administração pela FEA/USP, Professor Doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, FEA 3, Sala 237, Cidade Universitária – São Paulo/SP, CEP 05508-900. Fone: (11)3091-5820 - E-mail: lpfavero@usp.br

### RESUMO

O desenho do sistema de transferências intergovernamentais pode provocar comportamentos e resultados indesejáveis ao bem-estar social. A literatura sobre o federalismo prevê que as transferências não-condicionais e sem contrapartida provocam gasto público com desperdício ou ineficientes, ocasionado pelo fenômeno conhecido como *Flypaper Effect*, sendo a ilusão fiscal uma das explicações para a sua ocorrência. Assim, este artigo teve por objetivo medir e explicar as variações de desempenho dos Municípios Paulistas quanto à eficiência técnica na aplicação de recursos públicos nas ações de atenção básica à saúde em função do perfil de financiamento dos gastos gerais e específicos de tal área. A eficiência técnica reflete a capacidade de uma entidade obter máximos *outputs* com o menor consumo de *inputs* e foi medida com o uso da técnica *Data Envelopment Analysis (DEA)*: modelo em dois estágios. Para verificar a relação de dependência entre eficiência técnica e perfil de financiamento dos gastos com saúde foi usada a análise de regressão. Os resultados indicaram que seria possível aumentar, consideravelmente, a quantidade de serviços prestados à população sem a necessidade de novas dotações orçamentárias na maioria dos Municípios. E, principalmente, as transferências não-condicionais e sem contrapartida geram um efeito negativo no escore de eficiência, corroborando a hipótese do *Flypaper Effect*, enquanto os repasses de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) efeito positivo, indicativo dos avanços alcançados pela gestão do SUS. O indicador de escolaridade apresenta interdependência positiva com os escores de eficiência, sinalizando que uma população mais bem educada pode favorecer a avaliação de desempenho e *accountability*, diminuindo o processo de ilusão fiscal.

**Palavras-chave:** *Flypaper effect*. Ilusão fiscal. Eficiência técnica. Atenção básica à saúde. Municípios paulistas.

## 13. UM ESTUDO SOBRE A COMPLEMENTARIDADE DO FLUXO DE CAIXA E DO BALANÇO FINANCEIRO APÓS A APROVAÇÃO DA NBCASP 16.6 PARA O SETOR PÚBLICO



### **Autores**

**Jorge Expedito de Gusmão Lopes**, PhD - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Av. dos Funcionários, s/n - Cidade Universitária, CEP 50740-580 - Recife, PE – Brasil - Telefone: (81) 88977989, E-mail: professorjorgelopes@gmail.com

**Juliana Cândida Ribeiro Dias**, Mestranda - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Av. dos Funcionários, s/n - Cidade Universitária, CEP 50740-580 - Recife, PE – Brasil - Telefone: (81) 21268668, E-mail: juliana\_cribeiro@yahoo.com.br

**José Francisco Ribeiro Filho**, Doutor - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Av. dos Funcionários, s/n - Cidade Universitária, CEP 50740-580 - Recife, PE – Brasil - Telefone: (81) 32718369 Ramal: 214, E-mail: fracisco.ribeiro@ufpe.br

**Marcleide Maria Macêdo Pederneiras**, Mestre - Doutoranda pelo PROPAD/UFPE, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV do Litoral Norte – Centro CEP 58800-000 - Mamanguape, PB – Brasil - - Telefone: (83) 87537377, E-mail: marcleide@gmail.com

### **RESUMO**

Este estudo teve por objetivo analisar a importância das informações geradas pelo Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) e o Balanço Financeiro, pois após a aprovação da NBCASP 16.6 o setor público será obrigado a elaborar além do Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, a DFC e a Demonstração do Resultado Econômico. Para a realização deste estudo foi utilizado o método dedutivo, onde foi elaborado um caso prático partindo do Balanço Financeiro do Estado de Pernambuco elaborou-se a DFC para verificar as informações geradas por cada demonstrativo. Após a análise dos demonstrativos concluiu-se que ambos são importantes para a tomada de decisão dos gestores e que tais demonstrativos são complementares e que geram informações diferentes, por isso não podem ser substituídos entre si.

**Palavras-chave:** Demonstração de fluxo de caixa. Balanço financeiro. Informação contábil.

### **14. ESTUDO SOBRE A CAPACIDADE INFORMACIONAL DAS NOVAS ESTRUTURAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

#### **Autores**

**Antonio Erivando Xavier Júnior**, Mestrando do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis UNB/UFRN/UEPB, Vínculo Institucional: UFRN, Rua Alberto Bezerra, nº 105, Costa e Silva, Mossoró/RN, Brasil - CEP: 59.626-330 - Telefone: (84) 8808-2646, E-mail: eri\_jr@hotmail.com

**Edilson Paulo**, Doutor em Ciências Contábeis pela USP, Vínculo Institucional: UFPB, Departamento de Contabilidade e Finanças – DFC/CCSA, Campus Universitário I, João Pessoa/PB, Brasil - CEP: 58.059-900 - Telefone: (83) 3216-7285, E-mail: epaulo@ccsa.ufpb.br

**José Dionísio Gomes da Silva**, Doutor em Ciências Contábeis pela USP, Vínculo Institucional: UFRN, Rua Aguinaldo Gurgel Junior, 2061, Candelária, Natal/RN, Brasil - CEP: 59.066-030 - Telefone: (84) 9985-3056, E-mail: dionisio@ufrnet.br

### **RESUMO**

Este trabalho evidencia que as novas estruturas das Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público, introduzidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas – NBC T 16 podem proporcionar melhorias no *disclosure* das informações econômicas, financeiras e patrimoniais veiculadas pelos entes públicos. Para atingir esse objetivo foi realizado um estudo onde se



comparou as demonstrações contábeis elaboradas e publicadas pelo município de Mossoró/RN, de acordo com a Lei 4.320/64, e as demonstrações elaboradas a partir da nova estrutura definida pela NBC T 16, para o exercício 2008. O objetivo da NBC T 16 pode ser resumido como o conjunto de alterações necessárias para a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. As informações adicionais necessárias para adaptação das demonstrações publicadas, aos novos modelos de demonstrações, foram coletadas *in loco*, na própria Contadoria Geral do município. Após adaptar e realizar uma análise comparativa do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração do Fluxo de Caixa, constatou-se evidências do aumento da capacidade informacional dos relatórios contábeis.

**Palavras-chave:** Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Lei 4.320/64. *Disclosure*. Contabilidade pública. *International public sector accounting standard*.

### III - CONCLUSÃO

O Congresso permitiu o acesso e debate às principais correntes de pensamento referentes à Contabilidade, provocando-nos diversas reflexões, inclusive, sobre a Convergência Internacional no Setor Público, que vem normatizando no exercício de 2010 para aplicação obrigatório na União no exercício de 2011, Estados 2012 e Municípios 2013.

Os assuntos tratados no evento irão nos auxiliar na análise de processos e trabalhos de fiscalização, bem como na análise das tomadas e prestações de contas do exercício de 2011. Visto que nos proporcionaram a oportunidade de aprofundar conceitos e incorporar as mudanças que vêm ocorrendo na Contabilidade Pública.

Os temas acima comentados podem ser aprofundados mediante a leitura da íntegra dos artigos citados que estão disponíveis no CD, em anexo, e para auxiliar a consulta anexamos o livro de Anais de Resumos do IV Congresso AnpCont.

Cumprir informar que apenas este Auditor do TCU participou do Congresso em tela, tendo preparado o presente relatório, bem como apresentação em **power-point**, que poderá ser objeto de palestra, caso a administração da Secex/RN ache prudente, como forma de disseminação dos conhecimentos, em atendimento ao que disciplina o § 1º do art. 13 da Resolução TCU n. 212/2008.

Secex/RN, em Natal, 23 de junho de 2010.

**CÉLIO DA COSTA BARROS**  
**Auditor Federal de Controle Externo**  
**AUFC – mart. 2.574-7**